



AVISO DE ABERTURA

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE 2 PSICÓLOGOS/AS

Ref. 20262.REIT.CTTC

Por despacho do Reitor da Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT), Professor Doutor Fernando Manuel dos Santos Ramos, e nos termos previstos no artigo 140.º do Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, é aberto concurso para recrutamento de dois/duas Psicólogos/as para o Gabinete de Apoio ao Estudante da UPT, na modalidade de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, em regime de dedicação exclusiva, para os serviços de psicologia do Gabinete de Apoio ao Estudante, no âmbito do Projeto de Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior conduzido pela UPT, cofinanciado pelo Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior, através da Direção Geral do Ensino Superior e do Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

1. Conteúdo funcional

- a) Implementação de ações de avaliação e identificação de necessidades de intervenção psicológica junto dos estudantes da UPT;
- b) Delineamento, implementação e avaliação de intervenções individuais e/ou em grupo centradas na prevenção e remediação de dificuldades de adaptação ao Ensino Superior, ajustamento académico e de saúde mental;
- c) Delineamento, implementação e avaliação de intervenções individuais e/ou em grupo focadas na promoção da adaptação académica, desenvolvimento de carreira e saúde mental;
- d) Planeamento e dinamização de workshops e sessões de esclarecimento preventivas e psicoeducativas, centradas no desenvolvimento de competências pessoais e interpessoais, promoção da saúde, adaptação académica, e desenvolvimento de carreira;
- e) Articulação com docentes e serviços da UPT para o apoio aos estudantes;
- f) Produção de materiais de apoio às atividades de avaliação e intervenção psicológica junto dos estudantes;
- g) Participação em iniciativas institucionais relacionadas com a inclusão, desenvolvimento e sucesso académico dos estudantes;
- h) Manutenção de registos adequados, respeitando o Código Deontológico da Ordem

Cofinanciado por:

**PROGRAMA
PARA A
PROMOÇÃO
DA
SAÚDE MENTAL
NO
ENSINO SUPERIOR**



dos Psicólogos Portugueses e o Regulamento Geral de Proteção de Dados;

- i) Elaboração de relatórios de atividade periódicos e no final do ano letivo.

2. Local de trabalho

As funções a desempenhar serão prestadas no Gabinete de Apoio ao Estudante, nas instalações da UPT, sita na R. Dr. António Bernardino de Almeida 541, 4200-072 Porto.

3. Duração do contrato

O contrato de trabalho será na modalidade de contrato a termo certo, a tempo integral e em regime de exclusividade, tendo início previsto em março de 2026 e com uma duração expectável de 7 meses, nunca ultrapassando a data de 31/10/2026.

4. Remuneração

A remuneração base mensal ilíquida é de 1499.15€, equivalente à da 1.ª posição remuneratória da carreira geral de Técnico Superior, nível remuneratório 16, constante da Tabela Remuneratória Única. A estes valores acrescem os subsídios de alimentação, de férias e de Natal.

5. Horário de trabalho

O período normal de trabalho semanal é de trinta e cinco horas.

6. Requisitos de admissão

6.1. Requisitos mínimos de admissão

- a) Habilidades literárias mínimas: Licenciatura e Mestrado em Psicologia ou equivalente legal. Caso o grau tenha sido conferido por instituição de Ensino Superior estrangeira, o/a candidato/a terá de obter o seu reconhecimento nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de Ensino Superior atribuídos por instituições de Ensino Superior estrangeiras, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data-limite de apresentação de candidaturas. Para mais informação, sugere-se a consulta do portal da DGES através do seguinte endereço: <http://www.dges.gov.pt>;
- b) Domínio nativo da língua portuguesa;
- c) Inscrição válida na Ordem dos Psicólogos Portugueses ou declaração comprovativa de atribuição provisória;
- d) Disponibilidade imediata para iniciar funções – a indicar obrigatoriamente na carta de candidatura.

Cofinanciado por:



6.2. Requisitos preferenciais

- a) Mestrado em Psicologia Clínica e/ou da Saúde;
- b) Experiência profissional em avaliação e intervenção psicológica junto de jovens adultos e/ou no contexto do Ensino Superior;
- c) Investigação conduzida acerca do desenvolvimento, adaptação académica e/ou saúde mental de estudantes do Ensino Superior;
- d) Capacidade de organização de informação (nomeadamente com uso de ferramentas digitais), autonomia e gestão de tempo e informação;
- e) Capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal e trabalho em equipa;
- f) Domínio de inglês escrito e falado.

7. Métodos de seleção e critérios de avaliação

A seleção será feita através da aplicação dos seguintes métodos:

- Avaliação Curricular (AC), com uma ponderação de 70%.
- Entrevista de Seleção (ES), com uma ponderação de 30%, a realizar aos candidatos colocados nas três primeiras posições após a aplicação do método de seleção supramencionado.

A avaliação final (AF) será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = (AC \cdot 0,7) + (ES \cdot 0,3)$$

Se a classificação mínima de 14 valores não for atingida por nenhum dos candidatos, a posição não será atribuída.

7.1. Avaliação curricular (AC)

A avaliação curricular irá incidir sobre os fatores indicados abaixo, pontuados numa escala de 0 a 20 valores, com valorização à centésima, em função do seguinte cálculo:

$$AC = (AC1 \cdot 0,25) + (AC2 \cdot 0,25) + (AC3 \cdot 0,25) + (AC4 \cdot 0,25)$$

AC1 – Exercício de atividade como psicólogo em contextos educacionais ou clínicos: de 16 a 20 valores; relevante - de 10 a 15 valores; pouco relevante ou sem evidência de experiência - de 0 a 9 valores.

AC2 – Experiência profissional no trabalho com jovens adultos: muito relevante - de 16 a 20 valores; relevante - de 10 a 15 valores; pouco relevante ou sem evidência de experiência - de 0 a 9 valores.

AC3 – Experiência profissional e de investigação no contexto de Ensino Superior, nomeadamente focada em estudantes do Ensino Superior: muito relevante - de 16 a 20 valores; relevante - de 10 a 15 valores; pouco relevante ou sem evidência de experiência - de 0 a 9 valores.

Cofinanciado por:



AC4 – Formação académica e especializações/certificações complementares: muito relevante - de 16 a 20 valores; relevante - de 10 a 15 valores; pouco relevante ou sem evidência de experiência - de 0 a 9 valores.

7.2. Entrevista de seleção (ES)

Os/As 3 candidatos/as com a melhor classificação, após a aplicação do método de seleção supramencionado, serão convocados/as para **Entrevista de Seleção (ES)**, a ter lugar remota ou presencialmente. A falta de comparência equivale à desistência do concurso, implicando a exclusão do/a candidato/a. A entrevista de seleção terá em conta os critérios abaixo, pontuados numa escala de 0 a 20 valores, com valorização à centésima, em função do seguinte cálculo:

$$\text{ES} = (\text{ES1} * 0,50) + (\text{ES2} * 0,25) + (\text{ES3} * 0,25)$$

ES1 – Conhecimentos e motivação para o desempenho das funções:

Nível elevado de conhecimentos e motivação - de 16 a 20 valores

Nível adequado de conhecimentos e motivação - de 10 a 15 valores

Ausência ou insuficiente nível de conhecimentos ou motivação - de 0 a 9 valores

ES2 – Competências transversais (capacidade de análise, pensamento crítico, planeamento, organização, trabalho autónomo e resolução de problemas em contexto de média e elevada pressão)

Nível elevado de competência - de 16 a 20 valores

Nível adequado de competência - de 10 a 15 valores

Nível insuficiente de competência - de 0 a 9 valores

ES3 – Capacidade de comunicação e argumentação em português e inglês

Nível elevado - de 16 a 20 valores

Nível adequado - de 10 a 15 valores

Nível insuficiente - de 0 a 9 valores

8. Composição do júri do concurso

Presidente: Professora Doutora Maria Elizabeth Faria Real de Oliveira, Vice-Reitora para o Ensino e Professora Associada da UPT

1º Vocal efetivo: Professora Doutora Alexandra Maria Dantas Castro Araújo Mendes, Professora Associada da UPT

2º Vocal efetivo: Professora Doutora Maria Goreti Ferreira de Sousa, Professora Auxiliar da UPT

1º Vocal suplente: Professora Doutora Carla Mónica Santos Dias Pereira, Professora Associada da UPT

2º Vocal suplente: Professora Doutora Sandra Raquel Gonçalves Fernandes, Professora Associada da UPT

Cofinanciado por:



9. Processo de seleção

O júri delibera, primeiramente, sobre a admissão e exclusão de candidaturas, após o qual inicia os procedimentos relativos à aplicação faseada dos métodos de seleção. A deliberação é feita através de votação nominal fundamentada, de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções. Das reuniões do júri são lavradas atas que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como o voto emitido pelo júri e respetiva fundamentação. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação. Em caso de empate e para efeitos de ordenação final, deverá recorrer-se ao voto de qualidade do Presidente.

A deliberação final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição. A decisão final sobre a contratação é da competência do dirigente máximo da entidade contratante.

10. Notificação dos resultados

Os resultados da avaliação serão divulgados através de email, para o endereço de correio eletrónico indicado no processo de candidatura.

11. Audiência prévia e prazo para a decisão final

Nos termos do artigo 121.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, após notificação, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar. Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos. No prazo de 90 dias, contados a partir da data-limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

12. Formalização das candidaturas

O concurso encontra-se aberto no período de **13/02/2026 a 27/02/2026**, até às 23h59, hora de Lisboa.

As candidaturas devem ser apresentadas em língua portuguesa e formalizadas através de email para gae@upt.pt, com indicação da referência do concurso **20262.REIT.CTTC** no assunto do email para correto processamento.

A candidatura é acompanhada dos seguintes documentos no formato Portable Document Format (.pdf):

- a) Cópia de certificado de habilitações (e do respetivo reconhecimento do grau, caso a habilitação tenha sido conferida por instituição de ensino superior estrangeira);
- b) Curriculum vitae detalhado;
- c) Carta de candidatura, demonstrando o cumprimento dos requisitos de admissão, incluindo a referência obrigatória à disponibilidade para início de funções, e sumarizando

Cofinanciado por:



a informação relevante para apreciação do júri relativamente aos critérios de avaliação curricular fixados neste concurso;

- d) Outros documentos comprovativos considerados relevantes para aferição da elegibilidade da candidatura ou apreciação de mérito.

São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura, que não apresentem toda a documentação pedida ou que não comprovem os requisitos mínimos de admissão exigidos no presente concurso. A decisão de exclusão é notificada aos candidatos, por email, para efeitos de realização da audiência dos interessados.

O júri pode, em caso de dúvida e sempre que considere necessário, solicitar ao candidato a apresentação de informação ou documentos complementares para aferição de elegibilidade ou confirmação dos factos pertinentes à avaliação, determinando um prazo para o efeito. A não apresentação dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, no prazo estipulado pelo júri, determina a exclusão do candidato.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

13. Política de privacidade

A UPT é a entidade Responsável pelo tratamento dos dados pessoais relativos a este procedimento de seleção, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste concurso destinam-se à instrução do mesmo, e serão usados pela UPT com a finalidade de verificar a elegibilidade do candidato para o lugar, de acordo com os pressupostos fixados na legislação aplicável e nos critérios do procedimento de seleção. A oposição ao tratamento dos dados por parte dos candidatos inviabilizará a análise e avaliação da candidatura e, por conseguinte, a admissão da mesma.

Os dados pessoais do titular poderão ser legitimamente transmitidos a terceiros, se tal for indispensável para o cumprimento das obrigações legais e contratuais da UPT, e para a observância dos requisitos do programa de financiamento relativo a este procedimento.

O prazo de conservação dos dados corresponderá ao prazo de cinco anos legalmente definido.

O titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, bem como de verificar, atualizar, corrigir, eliminar e limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excecionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O titular dos dados tem também direito de acesso e portabilidade dos dados.

Para o exercício dos respetivos direitos, o titular dos dados deve contactar a UPT através do endereço de e-mail rgpd@upt.pt. Em qualquer situação, o titular dos dados tem o direito de contactar e dirigir uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Cofinanciado por:



14. Política de não discriminação e igualdade de acesso

A UPT promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

15. Notas finais

O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho a concurso. O concurso pode ainda ser anulado caso fique deserto, ou ocorra qualquer situação de força maior, ou quando razões de ordem orçamental, supervenientes à abertura do concurso, o determinem.

Tanto o concurso como o contrato celebrado na sequência do mesmo apenas produzirão efeitos caso se verifiquem as condições de financiamento previstas pela DGES, sendo a interrupção ou suspensão do financiamento, ou falta de dotação orçamental, fundamento para a cessação do contrato.

16. Publicação do edital do concurso

O presente edital encontra-se publicado na [página](#) de internet da UPT e no portal EURAXESS, em português e inglês. Em caso de divergência entre as versões dos dois idiomas, a versão em português prevalecerá.

17. Contactos

As dúvidas relacionadas com o presente edital poderão ser dirigidas por email para gae@upt.pt.

Cofinanciado por:

**PROGRAMA
PARA A PROMOÇÃO
DA SAÚDE MENTAL
NO ENSINO SUPERIOR**